

SUBMISSÃO DE RESUMO PARA GT - GT 04 - DEMOGRAFIA E DIREITOS
HUMANOS: INTERSEÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

**A TIRANIA DA MEMÓRIA E A DATIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA: DESAFIOS
DOS DIREITOS HUMANOS NA GOVERNANÇA ALGORÍTMICA DE GRUPOS
VULNERÁVEIS**

Maycon Spader (mayconspader@yahoo.com.br)

A TIRANIA DA MEMÓRIA E A DATIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA: DESAFIOS
DOS DIREITOS HUMANOS NA GOVERNANÇA ALGORÍTMICA DE GRUPOS
VULNERÁVEIS

Delimitação do Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa é a análise da falta de tutela dos Direitos Humanos, em especial do Direito ao Esquecimento (DLE) e dos Direitos da Personalidade, quando sistemas de Inteligência Artificial (IA) operam em plataformas digitais. A indexação e perpetuação algorítmica de informações criam uma "tirania da memória digital" (VARELLA, 2019). Isso confronta a autonomia individual com a capacidade de ressocialização. O impasse se agrava devido à ausência de governança ética e interseccional na coleta de dados sensíveis. Esse cenário precariza a existência de "corpos dissidentes" e desafia a proteção internacional dos direitos humanos.

Objetivos

O objetivo geral é analisar os fundamentos teóricos e jurídicos para a adoção de um modelo de responsabilidade civil das plataformas digitais decorrente do uso de sistemas de IA. Busca-se garantir a efetividade do DLE e a proteção dos direitos da personalidade. Como objetivos específicos, pretende-se: I. Identificar como algoritmos perpetuam discriminação e estigma contra grupos vulneráveis, caracterizando dano à igualdade material. II. Discutir o conceito de "corpo eletrônico" de Stefano Rodotà (2008) como barreira à vigilância onipresente e à precarização das subjetividades dissidentes.

Metodologia

O método de pesquisa adotado é a Revisão Bibliográfica Narrativa, de natureza qualitativa e descritiva, conforme LAKATOS e MARCONI (2021). O estudo baseia-se na análise de doutrina especializada em Direito Internacional dos Direitos Humanos (PIOVESAN, 2025; RAMOS, 2023). Também examina Direito Civil e Direitos da Personalidade (SCHREIBER, 2021; DONEDA, 2021), bem como o conceito de interseccionalidade. O objetivo é compreender o impacto das tecnologias de vigilância sobre os direitos fundamentais.

Síntese dos Resultados Obtidos

Os resultados mostram que proteger na era digital exige uma hermenêutica própria (RAMOS, 2023). É preciso interpretar a lei de acordo com a autodeterminação informativa. O modelo proposto responsabiliza as Big Techs por culpa presumida de omissão algorítmica, impondo dever de cuidado no design dos sistemas. Proteger dados é inseparável da vida e da dignidade humana. Criar este novo regime de responsabilidade é essencial para acabar com a exploração da "memória digital" e reafirmar a autonomia individual.

Palavras-chave: direito ao esquecimento; inteligência artificial; direitos da personalidade; governança ética; grupos vulneráveis.